

Conselho aguarda prova da PF

VILMA SILVEIRA

BRASÍLIA — A pena dos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda dependerá do êxito da Polícia Federal na tentativa de recuperar o disquete com a lista de votos dados na cassação do mandato do ex-senador Luiz Estevão. “A lista é a prova material do crime”, disse o corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP).

Os integrantes do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar consideram, entretanto, que o depoimento de Antonio Carlos, previsto para hoje, servirá de bússola para a tomada de decisão. “Alguma punição haverá mas não avanço

quanto ao grau”, disse o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). “O risco de cassação existe, sem dúvida. Há um clima interno e externo que se interagem”.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) defendeu “punição exemplar”. Segundo Antonio Carlos, na lista de votos retirada do painel eletrônico a senadora petista aparece entre os que votaram a favor de Luiz Estevão. Heloísa negou com veemência.

Para o senador Jefferson Péres (PDT-AM), existem confissões e provas testemunhais e materiais para o processo de cassação. “É impossível o Senado, nesta altura, não abrir um processo de cassação de ambos”, afirmou. O presidente do Conselho

de Ética, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), disse que os senadores têm “consciência” da gravidade da crise.

No Senado, admite-se que Arruda e Antonio Carlos podem sofrer punições diferentes. Segundo o relator do Conselho de Ética, senador Saturnino Braga (PSB-RJ), “tudo dependerá do grau do comprometimento”. O senador Amir Lando (PMDB-RO) acrescentou que Arruda confessou ter participado da violação do painel, falta punida com cassação de mandato. Em relação a Antonio Carlos, disse Lando, a punição pode ser mais branda, se o senador provar que não foi o mandante.